

Práxis



Socialismo ou Barbárie

Ano V - nº18 Abril-
Maio de 2011

Pelo fim da intervenção imperalista na Líbia

*A vitória deve ser fruto da auto-organização
dos trabalhadores do mundo (p.17)*



Líbia Livre



Que todos os ditadores caiam!

Por governos revolucionários dos trabalhadores!!!



Adquira a nova
Revista SOB.



UNICAMP em luta
(p.9)



USP: 1 ano de Moradia
Retomada. (p.5)



8 de Março:
celebração
militante (p.11)



Breve balanço do
governo Lula. (p. 3)

Editorial: Visita de Obama reafirma Brasil como a maior sucursal do capitalismo na América Latina.

EDITORIAL

Obama: O garoto propaganda dos conglomerados estadunidenses

Obama se demonstra cada vez mais um produto do marketing eleitoral e distante dos interesses dos oprimidos do seu país, não mudou em um milímetro a política do seu antecessor. No âmbito interno, sustenta a política econômica que lança na pobreza milhões de trabalhadores, negros e hispânicos. Isso ficou muito evidente quando, diante da crise econômica, no início do seu governo, optou por transferir trilhões para salvar bancos e empresas e não tomou medida alguma para garantir a moradia, o emprego e a renda de milhões de trabalhadores.

Na política externa mantém o protecionismo agrícola que leva à miséria populações inteiras em vários continentes, as patentes de medicamentos, que dentre outras mazelas contribui para a pandemia de AIDS na África, mantém as ocupações de seu exército no Iraque e no Afeganistão, bases e escritórios militares em mais de setecentos países, a prisão de Guantánamo, o embargo econômico à Cuba que dura décadas e dificulta o desenvolvimento econômico e social deste país, o apoio político e militar a Israel, Estado que foi inventado para criar uma cisão no seio dos palestinos e desenvolver uma ofensiva constante contra os demais países e nacionalidades do oriente médio. Mas não para por aí, agora está à frente de mais uma ofensiva militar, faz parte de um grupo de países (França e Inglaterra) que está à frente da criação de uma “zona

de exclusão aérea”, a exemplo do que foi criado na primeira guerra do golfo, eufemismo para os bombardeios a alvos das tropas líbias, que se mantêm fiéis a Kadaf, o mesmo que até o início da rebelião nos países árabes e, particularmente, na Líbia, era apoiado por todos os países imperialistas, medida que longe de significar apoio efetivo aos



Mercadores do capitalismo dão as mãos.

revoltosos tem o objetivo de tirar desses a vitória direta contra o regime nefasto desse títere.

Em um *tour* pela América Latina Obama vem ao Brasil para defender os interesses do capital estadunidense. Assim, com o crescimento econômico baseado na exportação de produtos primários o Brasil, aumenta a importação de produtos industrializados oriundos dos Estados Unidos e de outros países, o que equivale a um déficit de exportação, somente com os estados unidos, na ordem de 7,7 bilhões. Somado a isto, temos a descoberta de bilhões de barris de petróleo na camada pré-sal de um óleo com grande qualidade para a industrial química, o que traz oportunidades ímpares as empresas

petrolíferas estadunidenses. Isso se traduz, para os interesses estadunidenses, em reduzir a dependência de petróleo árabe - que por razões logísticas, políticas e estratégicas pode tornar esse fornecimento muito menos custoso-, além de criar possibilidades de investimentos rentáveis para as empresas estadunidenses, como na construção de oleodutos e na extração, refino e produção de derivados do petróleo.

Apesar de ter sido envolto na criação de ideologias de lado a lado que procuram apresentar o Brasil “não mais apenas como país do futuro” e que agora Brasil e Estados Unidos “falavam de igual para igual” e têm “interesses econômicos e políticos comuns”, nada mais distante da realidade e contrário

aos interesses da maior parte da maioria do povo dos dois países. O que está em questão são políticas que mantêm a mesmíssima relação de exploração, extração de valor e subordinação política, características estruturais da relação entre Brasil e Estados Unidos. Para além da nuvem de fumaça da ideologia dominante, o que assistimos é o primeiro presidente negro dos Estados Unidos se esmerar não como representante das demandas e interesses dos oprimidos do seu país ou do mundo, mas como garoto propaganda dos conglomerados estadunidenses.

Conselho de Redação :

Antonio Soler, Rosi Santos e José Luis Rojo

Um balanço inicial da “era Lula”:

Continuismo neoliberal marca oito anos de governo

Uma profunda mudança de composição da classe trabalhadora ocorreu no Brasil desde dos anos 90.

Transformação causada, principalmente, pela implementação tardia do neoliberalismo no território nacional que tiveram consequências dramáticas para a organização e mobilização dos trabalhadores, pois provocaram maior heterogeneidade e fragmentação na classe trabalhadora, notadamente na urbana. O crescimento do desemprego, da precarização das condições de vida e de trabalho fez com que crescesse o descontentamento das massas. Não há mudança gerencial, produtiva ou campanha ideológica que possa neutralizar por tempo indeterminada os efeitos da exploração e da pobreza sobre a consciência dos trabalhadores, sem falar que esses, também, através de suas experiências e lutas cotidianas, acabam por inventar formas de resistência. No final do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC), a insatisfação no interior da classe trabalhadora e na classe média era generalizada. As políticas neoliberais foram levadas até o final: privatizações, financeirização da economia, precarização da força de trabalho, repressão brutal aos movimentos sociais, adaptação das principais direções do movimento operário e estudantil (CUT e UNE, respectivamente). Diante deste cenário de risco de um ascenso generalizado, que poderia colocar em questão esse novo padrão de exploração conquistado pela burguesia na década de 90, levou a

classe dominante e o imperialismo a considerar a aposta em Lula para conter uma possível rebelião popular no Brasil e, além de uma cara nova, estender e aprofundar as reformas no Estado iniciadas por FHC.

Reformas neoliberais, fisiologia e cooptação

A eleição de Lula em 2002 foi enquadrada no marco das eleições da América Latina daquele momento: desgaste neoliberal, rebeliões sociais, ascenso ao governo de partidos ou alianças

consideradas como políticas de centro esquerda. A particularidade é que no Brasil a eleição não foi marcada por um ascenso das massas trabalhadoras, situação diferenciada da enfrentada por Nestor e Cristina Kirchner (Argentina), Hugo Chávez (Venezuela) e Evo Morales (Bolívia). Ao contrário destes

países, a possibilidade de uma rebelião popular foi desmontada pela aposta em um governo preventivo (Lula) que mantivesse as políticas macroeconômicas e implantasse de forma mais eficaz políticas de compensação social.

Ao chegar ao governo, o PT já havia percorrido totalmente um processo de metamorfose política e organizativa. As crises políticas do governo Lula, apesar de afetarem a popularidade do governo e de atraírem a atenção massiva da

população, se resolveram totalmente no âmbito da ordem estabelecida. Assim, as possibilidades de corrupção - que já tão intrínsecas ao estado burguês - foram elevadas ao cubo. Essas crises políticas não resultaram em mobilizações dos trabalhadores, estes acompanharam a crise e as Comissões Parlamentares de Inquérito pela televisão, com muita atenção, mas de forma extremamente passiva, “torcendo” para que o Congresso punisse os responsáveis. Ao contrário de



Collor, Lula sofreu processo de impeachment originados pelos escândalos de corrupção (o mensalão por exemplo), por um motivo bastante simples, tinha o movimento sindical e estudantil do seu lado e, além do mais, o agravamento da situação não era interessante para a burguesia porque poderia colocar em questão um período de crescimento econômico que gerou grande lucratividade para os patrões.

No decorrer dessas crises do Estado burguês. Polemizamos com duas posições que consideramos equivocadas. Com aquelas que se restringem à defesa de um congresso baseada em uma Câmara Única de representantes, como fez o PSTU e, conseqüentemente, a CONLUTAS, quanto com aqueles que elaboram uma proposta de Assembléia Nacional Constituinte Livre e

desenvoveria através da construção de políticas que iriam até a imposição de um governo dos trabalhadores, condição necessária para qualquer mudança efetiva.

O crescimento econômico anterior - sobre a base da precarização, desemprego e arrocho salarial - contribui para que o governo Lula e as centrais operárias governistas

conseguissem manter o movimento de massas, em geral, e os trabalhadores, em particular.

Lula manteve todas as bases da política industrial e das políticas estatais do governo anterior. Não suspendeu nenhuma das privatizações, fez leilões para privatizar a

não privatista do governo Lula é necessário levar em consideração uma série de fatores, dentre eles, o aumento da terceirização ocorrida em seu governo. Durante os anos de crise 2008 e 2009 houve “acordos” para a redução de salário e da jornada de trabalho celebrados pelas centrais pelegas, provocando imensa queda na massa salarial dos trabalhadores, por um lado, e no aumento do lucro das empresas, por outro. O caso da Embraer é sintomático da lógica que opera entre Estado, capital e trabalho que predominou durante o governo Lula, pois essa empresa demitiu 4200 trabalhadores no ano de 2009 alegando queda no número de pedidos sem que o governo tivesse a menor intervenção, no final do mesmo ano anunciou um lucro líquido de R\$ 221,9 milhões. Mas, não foi somente o setor industrial que se beneficiou a partir do aporte estatal e de maiores taxas de exploração. Até representantes patronais de outros setores alegam que o agronegócio foi tratado de forma diferenciada pelo governo. O campo é responsável pela produção de 25% de todas as riquezas produzidas no Brasil e pela estrutura produtiva predominantemente primária tendo um papel fundamental na balança comercial.

Luta de classes no governo

Lula

Não é real a idéia de que durante o governo Lula não houve movimentos de resistência da classe trabalhadora ou da juventude. Uma série de mobilizações salariais, contra o desemprego, o sucateamento das universidades federais e estaduais, a reforma da previdência, a contribuição previdenciária dos aposentados ocorreu neste período.



Soberana para resolver “todos os problemas nacionais, as formas de representação e as mazelas que afetam os trabalhadores e o povo pobre.”, Lerq. Defendemos na ocasião uma formulação de Assembléia Constituinte Revolucionária que só pode ser construída na mobilização e em organismos de representação direta, estas são as condições necessárias para a conquista do poder pelos trabalhadores. É necessário criar uma alternativa que questione o conjunto da estrutura política do Estado capitalista através de um sistema de reivindicações que, na época, se iniciava pela exigência da renúncia de Sarney, e se

extração de petróleo das bacias petrolíferas, foram terceirizados 35 mil trabalhadores irregulares pelo governo federal e foi gasto até 2009 R\$ 14,1 bilhões com a terceirização, o que significa um aumento de 85% em relação ao primeiro mandato de Lula, segundo dados no Tribunal de Contas da União (TCU). O setor que mais custou ao governo foi com serviços de processamento de dados, que somou o valor de R\$ 2,9 bilhões em 2010. Os capitais mantiveram altos ganhos (taxas de lucro), devido ao padrão produtivo dominado pela financeirização do capitalismo, globalização da produção e dos mercados desenvolvido nas últimas décadas. Quando se fala do caráter



Muitos desses enfrentamentos colocaram em cena o movimento estudantil com greves e ocupação de reitorias por todo o país; mais recentemente assistimos os movimentos contra o sucateamento e o aumento da tarifa do transporte público. Protagonizaram lutas importantes, também, bancários, trabalhadores dos correios, funcionalismo federal, metalúrgicos, professores das redes públicas estaduais.

O Governo Lula (só comparado a Getúlio Vargas nesse quesito) colocou sob a sua batuta todas as organizações tradicionais dos trabalhadores e estudantis .

Com políticas de concessão à burocracia sindical, como foi o repasse para as centrais de toda a contribuição sindical, valor monetário que gira em torno de R\$100 bilhões a cada ano. A mesma política foi dirigida à União Nacional dos Estudantes (UNE) que desde sempre esteve alinhada com o governo, recebeu um cheque de R\$ 30 milhões, trata-se da primeira parcela de um total de R\$ 44, 6 milhões que serão pagos pela Comissão de Anistia para a reconstrução da sede, destruída por um incêndio provocado por milicos da ditadura. Essa política governamental somada com as demais políticas assistencialistas do governo – PROUNI, Bolsa Família – prostrou totalmente as organizações que já haviam rompido com a independência de classe e as colocou diretamente a serviço do governo e de suas políticas.

Com a crise econômica - iniciada no fim 2007 - ocorre uma série de eventos políticos no interior da luta de classes que colocaram a prova concepções, estratégias, políticas e táticas, aqueles que pleiteiam

disputar a direção do movimento, como é o caso da CONLUTAS (dirigida pelo PSTU) e de outros setores que romperam com a CUT. A CUT conteve os trabalhadores com a falácia de que não havia outra saída a não ser pactuar com os patrões para que em tempos de mudanças profundas no processo produtivo os trabalhadores mantivessem suas conquistas. Dentro do contexto de dificuldades do movimento de massas no Brasil causada pelo governismo da CUT e de demais centrais, no campo da esquerda nos debatemos com a política economicista da direção da CONLUTAS que nos processos de resistências e mobilizações não consegue emplacar políticas que permitam a resistência efetiva e a solidariedade ampla aos setores que resistem. Além disso, perdeu uma grande oportunidade de fortalecer a esquerda nacional. No caso do Congresso de Unificação entre esta e a Intersindical, o CONCLAT, o PSTU sustentou uma política ultimata querendo impor uma hegemonia política e organizativa aos demais setores sem que essa se pautasse na autoridade política construída na luta de classes. O resultado é conhecido: o Congresso, que deveria ser de unificação, acabou por ser um Congresso de dispersão ainda maior, pois a CONLUTAS saiu menor do ponto de vista do tamanho e da diversidade de setores e de sua base social.

A parcela mais explorada da sociedade brasileira não tem do que se orgulhar ou agradecer a Lula, pois seu governo foi, de fato, o governo da burguesia. Em relação aos dois mandatos de Lula o primeiro serviu para conter a onda

de descontentamento das políticas do governo FHC, descontentamento que poderia se tornar uma rebelião generalizada, como ocorreu em vários países da América Latina. Através da **continuidade e a ampliação das políticas de compensação social, iniciadas no governo anterior**, somado ao bom desempenho das exportações (no segundo mandato) às custas de uma maior primarização da economia brasileira, acabou gerando uma sensação de bem estar social. A diferença fundamental entre Lula e seus antecessores, como já apontado, foi que este chegou à presidência num período favorável da economia mundial. A grande aceitação e os recordes de popularidade foi, em grande parte, construída por meio da intensa propaganda, “o governo gastou R\$ 20 milhões em peças publicitárias para 325 jornais, revistas, e emissoras de TV e rádio.”¹⁰ .

Para aqueles que tinham dúvida sobre qual caráter de classe teria o governo petista....

A corrupção, as política de aprofundamento da exploração, o repasse de reservas para banqueiros e capital privado, entre outras coisas, são provas empíricas do caráter dos dois mandatos presidenciais. São provas mais que suficiente para classificá-lo como um governo normal da classe dominante. **Principalmente na medida em que não houve durante essa quase uma década de governo nenhuma ruptura ou diferenciação de cunho prático e ideológico com os oito anos que o precederam ou seja os mandatos de FHC (PSDB).**



Lula manteve a medida provisória que proíbe o INCRA iniciar o processo de desapropriação das terras ocupadas e, também, assentou menos famílias do que FHC.

A caracterização do governo Lula como um governo de frente popular não resistiu à análise e nem aos fatos. Essa caracterização foi, e continua sendo, sustentada pelo PSTU e por correntes políticas que se organizam no interior do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade). Tanto a caracterização, cada uma a seu modo, de governo em disputa quanto a de frente popular foram nefastas politicamente para a vanguarda e para os trabalhadores nesses oito anos de governo Lula. A primeira deriva de um processo de adaptação ao aparato político do governo e do Estado, a segunda de uma adaptação aos aparatos sindicais a uma conjuntura desfavorável à luta dos trabalhadores. Ao largo de todas as profundas transformações na composição social e política do PT, da mudança de perspectiva do sindicalismo, das mudanças de correlação de forças entre as

classes, das próprias expectativas em relação ao que seria um governo do PT, essas correntes não conseguiram pensar concretamente o que seria e o que foi o governo, mantiveram um esquema totalmente abstrato para tentar explicar a realidade.

Exemplo claro da relação entre caracterização política equivocada e suas consequências táticas, desenvolvidas pela mesma organização, foram as políticas apresentadas pelo PSTU frente a crise econômica, o processo de demissões e os cortes de direitos vividos nos anos de 2008 e 2009. Essa corrente, na ocasião, chegou a afirmar que “seria mais uma crise de superprodução”. Sua formulação política, sintetizada no slogan “demitiu parou”, levou a uma prostração política em suas bases sindicais, redundando na desmobilização dos trabalhadores diante de demissões massivas, vide GM e Embraer de São José dos Campos.

Para concluir, **o próximo período não será marcado pelo “otimismo” vivido nos últimos anos.** Dilma já deixou claro que, além de manter a política econômica de Lula, irá fazer um

governo mais “eficiente”, o que, dentre outras coisas, significa, diante de um quadro econômico internacional não favorável, realizar ajustes como **o corte de gastos públicos com saúde, educação e avançar em reformas como a da previdência, sindical e trabalhista.** Sinal dos tempos foi o aumento dos deputados em 62% e em contrapartida o reajuste de 6,8% do salário mínimo, política sustentada pela cooptação das centrais sindicais que apoiaram a lei que define uma política de reajustes que não dá margem para aumentos significativos no salário mínimo. Na verdade, assistimos em todas as esferas do novo governo uma continuidade combinada com políticas que visam aumento da taxa exploração e de medidas contrárias aos interesses dos trabalhadores e da juventude.

Notas:

Para safra de 2004 por exemplo, só para se ter uma idéia foram realizados mais de 1,6 milhão de contratos, crescimento de 80%, em relação a anos anteriores

O Estado de São Paulo 21/12/10

“A análise dos dados disponíveis permite duvidar de que 127,5 mil famílias podem ser consideradas assentadas em 2005. Apenas 45,7% foram assentadas em áreas de reforma agrária. O restante (54,3%) refere-se a assentamentos antigos ou reordenação de assentamentos em terras públicas. (Agência Carta Maior, 24/01/2006).

Referências: A crise no romance de formação do PT. Periscópio – Boletim eletrônico da Fundação Perseu Abramo e Secretaria Nacional de Formação Política do PT, edição nº 49, agosto de 2005.

ARAÚJO, José Prata. Um retrato do Brasil : balanço do governo Lula /José Prata Araújo.São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

IBGE. Síntese dos indicadores – 2010.

SÁ, Thomás Tosta de. Ciclo Lula: a hora do ajuste. Valor Econômico, 09/03/2006.

TREVISAN, Cláudia. “Argentina aposta no oposto do Brasil”. Folha de S.Paulo, 20/11/2005.

ROTTA, Vera. “MST questiona números divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário”. Agência Carta Maior, 24/01/2006.

Reitoria da USP segue reprimindo trabalhadores e estudantes

Por Rosi Santos

O reitor da USP, João Grandino **Rodas**, vem se aplicando medidas execráveis para reprimir,

espaços estudantis, Fundações de Apoio, políticas salariais diferenciadas para professores, com o claro objetivo de dividir professores e funcionários técnico-

O ataque mais recente é a demissão de 270 funcionários aposentados. Esta demissão demonstra claramente a relação da burocracia universitária com os trabalhadores, que dedicaram parte importante de suas vidas à construção da universidade, em muitos casos trabalhadores com mais de trinta anos de serviço a USP. Além de não terem reconhecido seu papel, recebem como prêmio a demissão e são descartados como objetos obsoletos. Segundo a funcionária Vera Soares, que foi surpreendida às oito da manhã com a notícia de “vá fazer o seu exame (demissional)”. A Técnica da Ceca, Vera, que

Rodas ataca lutadores para impor projeto de privatização e aprofundamento da elitização da universidade

trabalha na USP desde 1986 no regime celetista, descreveu à ADUSP (Associação dos docentes da USP) com muita precisão o que significam essas demissões. “Foi sem justificativa, não houve nenhum processo de avaliação”. Ainda sem poder acreditar na sua demissão diz, “minha sensação é de que essas demissões não são um ato isolado, só fazem sentido como parte de um plano geral. Falta de recurso não é”. A USP tem um orçamento de 3,6 bilhões de reais que ao depender de Rodas não serão utilizados para possibilitar melhores condições de trabalho e ensino, mas, para gerar lucro para os fundo de pesquisa e empresas privadas, como o banco Santander que atua ativamente na universidade.



USP: Greve unificada 2009

perseguir, expulsar e demitir os lutadores da Universidade de São Paulo e para estabelecer condições favoráveis para impor o projeto privatista do governo do Estado (PSDB) que está a mais de dezoito anos à frente do governo do Estado de São Paulo e que atualmente está muito bem representado por Rodas no interior da USP. Isto pode se verificar através de várias políticas que vem sendo levada a cabo por ele, como: UNIVESP, terceirização, demissão de lideranças sindicais, processos administrativos com motivação política, cerceamento de

administrativos...

O lema de Rodas é processar, demitir e expulsar para privatizar

Rodas da continuidade à ofensiva contra a universidade pública no Estado de São Paulo. Processos administrativos e inquéritos criminais são instaurados com a evidente intenção de retaliar dirigentes, ativistas sindicais e estudantes que lutam contra a precarização do ensino e pelo ingresso e permanência na universidade.

Rodas quer mudar de endereço para fugir do movimento

Outra medida covarde de Rodas foi a decisão de retirar a reitoria das dependências do campus do Butantã, medida que pretende dificultar o acesso dos trabalhadores e dos estudantes ao gabinete do reitor, poder central da universidade. Outra mudança é do CCS. Os funcionários desta unidade deverão trabalhar em um prédio alugado por R\$ 48.000,00/mês, pago com o dinheiro público. Cabe ai uma pergunta: para o que servem os espaços no interior do campus? Rodas simplesmente não responde a questões básicas porque isso significaria deixar clara a sua política privatista. Nem sequer comunicou aos trabalhadores sobre essas mudanças, pois como interventor do governo do Estado na universidade age como déspota. Da mesma forma que em outras unidades e locais no interior da universidade, na reitoria a liberdade de expressão é cerceada - é óbvio que são medidas ditadas diretamente pelo reitor -, pois é proibido a circulação e fixação de materiais do sindicato.

Descriminalização dos movimentos sindical e estudantil

Os ataques aos trabalhadores têm se intensificado desde o aumento diferenciado entre trabalhadores e professores, a absurda quebra da isonomia salarial. Desde então, Rodas não se intimida e continua a sua ofensiva sobre os funcionários. O sindicato denuncia que não foi cumprido nenhum dos acordos da Greve de 2010 e, em contrapartida, Rodas tem tentado, sistematicamente, destruir a organização dos trabalhadores para avançar com seu projeto.

No que tange as demissões significa algo ainda mais grave, pois além de colocar em risco a condição de subsistência de centenas de famílias, é um ataque direto à organização sindical dos funcionários, pois significa a exclusão de uma parte

significativa da geração que construiu a USP. Estas demissões estão longe de ter motivação financeira ou administrativa, pois até as paredes sabem que o que quer Rodas é apagar qualquer vestígio do que foi a USP do ponto de vista da sua história de resistência.

Desde a vitoriosa ocupação do prédio da reitoria em 2007, que repeliu a tentativa de acabar com a autonomia universitária, a estratégia do governo do estado mudou. O que em 2007 era uma tentativa de “redundar” a universidade no atacado - o que foi repellido pelo movimento - para atender mais diretamente aos interesses do capital, tomou nos anos seguintes a forma de um conjunto de medidas pontuais mas que gardam a mesma lógica interna do projeto de 2007. Parte dessa estratégia política é extirpar da universidade tudo o que remeta ao seu caráter público e à história de resistências dos trabalhadores e dos estudantes.

O que chamamos genericamente de projeto de privatização da universidade foi fatiado e esta sendo imposto ponto a ponto sem que, ainda, tenha sido construída uma frente capaz de resistir à ofensiva desencadeada nos últimos anos. Não que não tenha havido importantes movimentos de

resistência com greves de funcionários, estudantes e professores. Mas, se faz necessário um movimento duplo: por um lado, superar a direção conciliadora do movimento estudantil e, por outro, estabelecer estratégias de organização e de luta que superem a fragmentação e superestruturação vivida pelo movimento. É necessário superar a atual direção do movimento estudantil, encastelada no DCE, que sustenta, de forma inflexível, uma posição de conciliação com a reitoria e com o conjunto da burocracia universitária. Por outro lado, superar posturas anacrônicas presentes, também, nos setores combativos, pois não dão conta da necessária superação da fragmentação vivida pelo movimento como um todo nos últimos anos.

As últimas greves e processos de enfrentamento demonstraram, de maneira indubitável, que se não avançarmos para a construção de uma efetiva unidade entre funcionários, estudantes e professores, além de construirmos frentes com os setores excluídos da universidade, através de fóruns e atividades que incorporem os trabalhadores e a juventude que estão fora da universidade, não será possível resistir às ofensivas de Rodas e do PSDB.



UNICAMP em luta

Estudantes ocupam prédio da burocracia e exigem moradia

Por Rosi Santos

O movimento de ocupação dos estudantes por moradia instaurado na Sede Administrativa da Moradia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) tem como objetivos a

na época, lutou por espaços e por permanência estudantil na universidade. **Hoje a história se repete.** Os estudantes, através do movimento *Novos Tabanos*, depois de várias tentativas de diálogo com a reitoria cansou de esperar pela

“boa vontade” da burocracia universitária para resolver o déficit de moradias. Assim, na manhã do dia 03 de Março, **os estudantes, mesmo diante da ameaça de repressão da força tática, leia-se tropa de choque,** chamada pela reitoria, que estava preparada para usar a força policial contra os estudantes mobilizados, **não se**

adequados para acomodação de mais de 1500 estudantes. Esse acordo reza que se a reitoria não cumprir com a criação de moradias os estudantes poderiam ocupar outros espaços do campus. O agravante é que hoje a demanda é muito maior do que na época do referido acordo.

Os trabalhadores e estudantes da UNICAMP nos últimos tempos vêm sofrendo vários ataques. Os trabalhadores sofreram com demissões, aprofundamento da precariedade no trabalho e avanço da terceirização, os estudantes com perseguição, repressão com a PM (Polícia militar) no campus, restrição aos espaços de vivência, que sistematicamente são limitados autoritariamente pela reitoria, expressa pela coordenação da PME (Programa de Moradia Estudantil) e uma moradia (conquista do movimento) superlotada.

Repressão aos lutadores é o mantra ecoado pelas reitorias das Universidades Públicas do Brasil

Na UNICAMP não tem sido diferente. Esta é a segunda vez que a polícia entra no campus só este ano (**desde a ditadura Militar a polícia não entrava nos espaços das Universidades brasileiras**). **Este fato se deve, em parte, pelo potencial de combatividade do movimento composto pela juventude universitária no Brasil.**



UNICAMP : Imagem do prédio ocupado

ampliação do número de vagas na moradia estudantil, a autonomia na gestão da moradia, a saída do coordenador Luiz Viotto e garantias de que a polícia não entre mais no campus, demanda, essa, de várias universidades públicas do país.

A moradia estudantil da Unicamp foi fruto da luta direta e organizada dos estudantes nos anos de 1986 a 1988. Nesse período os estudantes ocuparam um prédio e transformaram salas de aulas em casas, desafiando a reitoria. O movimento *Tabas*, assim intitulado

d e t i v e r a m e ocuparam a administração da moradia da Unicamp.

A burocracia não tem palavra,mas, o movimento sim

Os estudantes dão um basta à política de descaso e reagem contra a precariedade na educação. Existe um acordo assinado pela reitoria (16 de Dezembro de 1987) há exatos 23 anos, acordo imposto pelos estudantes desde o início (1987) do movimento *Tabas*, em que se comprometeu a construir espaços



Em relação ao Movimento Estudantil (ME) especificamente, um novo conjunto de medidas de contenção por parte das reitorias (enquanto sucursais do Estado dentro da universidade) vem sendo posto em prática. Mais precisamente vem se aplicando uma recomposição de políticas antigas, próprias de regimes de exceção. De modo que, tem recrudescido políticas de intolerância e penalização aos lutadores nos últimos anos.

Façamos um breve histórico: em 2008, ano em que foi inaugurado o campus de humanidades da

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), em Guarulhos, os estudantes, ao se depararem com as péssimas condições de ensino, ocuparam o campus. Esta ação foi duramente reprimida pela PM, que sequer tinha direito constitucional de entrar no campus, já que é um prédio federal. Absurdamente, nesta ocasião, a polícia para capturar os manifestantes invadiu



UNIFESP : Greve 2010 que logrou a construção de um novo prédio no campus.

Na USP a luta pela permanência estudantil continua

A ocupação por moradia da Coordenadoria de Assistência Estudantil da USP (Coseas), completou 1 ano de muita luta e resistência. Foram duros meses... Parte deles sem energia elétrica, devido ao corte de fornecimento por parte da burocracia universitária, além das ameaças de reintegração de posse e perseguição política aos lutadores. Há muito o que comemorar, mas, temos que seguir em frente nesta luta que ainda não é vitoriosa por completo, pois uma gama de companheiros vem sendo processados e correm o risco de expulsão, além de processo criminal. Avante, firmes até a vitória!!!



USP: Movimento Moradia Retomada, ocupação que completou 1 ano.

o centro acadêmico, espaço de organização soberania dos estudantes, algo nunca visto desde os duros anos da ditadura. Em 2009, ano em que a polícia reprimiu massivamente uma manifestação na USP (com intuito de que a vitoriosa greve 2007 não se repetisse), intensificou-se o processo de criminalização e perseguição ao movimento estudantil e aos trabalhadores das universidades pelo governo do Estado de São Paulo (PSDB).

Hoje a realidade em várias universidades é a de censura e repressão. Os capachos das reitorias fazem o trabalho sujo: filmam assembléias, toda e quaisquer atividades consideradas “subversivas”, tiram fotos dos estudantes e trabalhadores em luta para depois processá-los e expurgá-los da universidade, retiram

cartazes, intimidando-os na tentativa de impedir a sua organização política...

Na UINICAMP o movimento passa pelo mesmo processo. Tem sido constantemente atacado pela reitoria através de ameaças, processos de expulsão ou pelo uso direto da força policial através da tropa de choque, que já entrou no campus diversas vezes para intimidar o movimento e tentar impor o restabelecimento da “ordem”.

Oficiais de Justiça já estiveram no campus para pedir a reintegração de posse, assim, a qualquer momento a polícia pode ir para ficar, ou seja, tentar

desocupar definitivamente o espaço. Então, lutadores e lutadoras olho em Campinas e todo apoio a ocupação.

Nós do Práxis-Socialismo ou Barbárie que atuamos ativamente na ocupação da sede administrativa da moradia da USP - Moradia Retomada - nos somamos, também, a luta dos estudantes da UNICAMP. Devemos dar apoio incondicional àqueles que lutam por uma educação livre, gratuita, inteiramente pública e de qualidade. Exigimos:

- Negociação com os movimentos com o cumprimento integral da pauta de reivindicação já!
- Assistência estudantil para todos que estudam e querem estudar!
- Fora definitivamente a polícia do campus! Nenhum tipo de punição aos lutadores

Oito de março: O dia da mulher trabalhadora Uma celebração militante

Por Rosi Santos

(R.Santos)

No capitalismo, não apenas a força de trabalho da mulher é explorado, mas seu próprio corpo, que é tratado como mercadoria. Na medida que é catalogado, voltado ao consumo, fetichizado com data de vencimento, sujeita a troca e especulação, além de padrões pré-definidos e externos a ele próprio.

No dia 8 de março se celebra o dia internacional da mulher, ou melhor, da mulher trabalhadora. Já se passaram cem anos desde que a companheira Clara Zetkin propôs o dia 8 de Março como Dia Internacional da Mulher, na II Conferência Internacional de Mulheres Socialistas em 1910. No ano seguinte, começaram as primeiras marchas de mulheres. **Deste então, este dia não é somente de luta e solidariedade internacional, mas também uma data para rever a**

russo e dos lutadores e lutadoras do mundo inteiro. No entanto, o objetivo (como fazem alguns grupos) não é diluir a pertinência da luta das mulheres, nem o papel de destaques das mulheres lutadoras e nem a especificidade de suas demandas de luta, pelo contrário. Bem sabemos que em 1917, quando a grande Revolução de Fevereiro eclodiu, foram as mulheres trabalhadoras de Petersburgo as primeiras a começaram esta revolução; foram elas as primeiras a se levantar contra o Czar e sua corja. Trata-se, no entanto, de compreender que o debate acerca do feminismo é um debate amplo que deve incluir a TODAS e TODOS.

Entendemos que o debate relativo ao feminismo não é, portanto, um debate menor diante das questões políticas mais gerais e da luta de classes propriamente dita, tendo em vista que **a divisão primeira do trabalho é feita inicialmente pela**

lutas das mulheres do programa “geral” que é a emancipação do conjunto da sociedade, “isto tem a ver com um temor reacionário (de que ao unificar as demandas) poderia brotar no cerne destas questões um movimento *anti-homens* ou assumir posições que podem parecer chocantes para a consciência atual da classe trabalhadora”.

Há um estereótipo que, muitas vezes colocado nas questões de gênero, pode e deve ser desconstruído.

Em primeiro lugar, devemos demonstrar que a agenda feminista se entrelaça sim com a de outros movimentos sociais, particularmente a dos trabalhadores, pois apesar das demandas específicas, a realização plena da luta contra a opressão depende do destino das demais demandas da classe trabalhadora e da superação do próprio capitalismo. Em segundo lugar, é necessário afirmar que o movimento feminista classista é autônomo e possui uma dinâmica própria, todavia, não pode perder de vista que é parte integrante de uma totalidade mais ampla que é o próprio movimento dos trabalhadores, incluindo aí, todos os movimentos sociais, assim como estes movimentos não podem deixar de lado a contribuição histórica da luta das mulheres.



LÍBIA: Mulheres vão às ruas e se posicionam contra ditadura imposta por Kadaffi.

força e a organização dos homens e mulheres proletárias contra a sociedade patriarcal.

Dizemos homens e mulheres porque acreditamos que este dia não é especial apenas para as mulheres; o 8 de Março histórico é memorável pela luta dos trabalhadores e camponeses

divisão dos sexos e que a opressão patriarcal é anterior ao próprio capitalismo. Aqueles que não reconhecem ou não querem reconhecer isto, incorrem no erro primário de não levarem as reivindicações das mulheres para o conjunto das demandas da classe trabalhadora, separam as

Não é incomum ver no Brasil, em agrupamentos que se dizem feministas, particularmente os de direita ou governistas, serem compostos de forma hierarquizada, onde as políticas são produzidas por uma ou poucas mãos e as militantes não passam de massa de manobra. Ou, muitas vezes na própria dita esquerda, vemos “ativistas pontuais”, que se manifestam somente diante de um acontecimento ou em eventos, como



Las Rojas, nosso agrupamento feminista na Argentina

o 8 de março. Perguntamos: o que essas agrupações e mulheres fazem o resto do ano?. Na ausência de um calendário contínuo de lutas pela descriminalização do aborto, por exemplo, (algo que vem acontecendo em vários países da América Latina em Argentinas Las Rojas fazem parte de uma campanha contínua pela despenalização) estas mulheres não são armadas devidamente contra o machismo/patriarcalismo, luta que bem sabemos deve ser contínua e diária. Estes agrupamentos têm em comum se limitar a repetir aos quatro ventos: *somos mulheres, somos*

vítimas do machismo etc.. Como se isso por si só bastasse... Um discurso derrotista que, introjetado e repetido inúmeras vezes, somente é capaz de colocar e manter as mulheres apenas em condição de vítimas. Outra coisa que não é incomum - e o que é pior, na esquerda pseudoradical - é a ausência política e teórica nos materiais, de críticas ao patriarcado e da sociedade opressora e a defesa clara e programática das demandas feministas.

Este esvaziamento político, no que concerne a lutas de gênero, **parte de uma concepção feminil, ou seja, de restrição da luta feminista a mulheres.** Entendemos que é tarefa de todos revolucionários, sem distinção de sexo, lutar para avançar sua consciência e a da classe trabalhadora no sentido de que sem lutar contra o patriarcado capitalista e as instituições machistas, acomodadas no interior da sociedade, não se pode quebrar os grilhões que oprimem toda a humanidade. **Não é verdade que no interior das fábricas e nos sindicatos não seja possível ou que não haja espaço para fazer um debate neste nível, ou seja, demonstrar a classe trabalhadora que é possível tornar como suas as demandas das mulheres e que isso é parte também de sua própria emancipação.** A concepção de que primeiro fazemos a revolução econômica e depois a revolução social é uma perspectiva tipicamente estalinista e bem sabemos no que deu.

2011 o centenário da luta das mulheres

Passados um século de lutas nos perguntamos o que mudou, quais foram as principais vitórias das mulheres? Vemos que, em relação a mulher, muita coisa transformou-se, como o acesso ao mundo da política, mesmo que institucional, ao trabalho, ainda que precarizado; a questão é se estas mudanças têm caráter feminista, principalmente sobre o acesso ao trabalho que não se deu de forma qualitativa. Em 1911, mulheres reclamavam iguais direitos e salários entre homens e mulheres, e nós, hoje, 100 anos depois, continuamos a nos enfrentar com a discriminação salarial entre mulheres e homens, contra a ditadura dos estreitos padrões de “beleza”, da imposição do que, onde, e como, a mulher deve se vestir ou portar, a violência machista, em relação a todas essas coisas tão pouco mudou. Hoje, a precariedade no mundo do trabalho atinge toda uma geração, mais ainda as jovens mulheres. Assim, na prática em relação a luta pela igualdade de gêneros, traz reivindicações feitas há quase um século atrás, como, por exemplo, as mulheres de cultura islâmica que ainda reivindicam o direito ao voto (estopim do movimento feminista) e nós, aqui no Brasil, e em outros países, ainda reivindicamos, dentre outras coisas, o fim da jornada dupla de trabalho a liberdade em relação ao nosso corpo, o que passa pela despenalização do aborto, fim da violência da exploração e do assédio sexual...

A violência contra mulher é alarmante e assustadora. Pesquisas recentes dizem que, hoje, a cada quinze segundos, uma mulher é vítima de violência. São 2 milhões de vítimas por ano no Brasil e grande parte das mulheres, como a anos atrás, continuam sofrendo violência dentro de casa, muitas vezes praticada quando solteiras pelo pai ou parentes, e quando saem de casa por estranhos ou pelo próprio "companheiro". A principal vítima das inúmeras formas de violência geradas pelo capitalismo - que é branco e patriarcal - é a mulher trabalhadora. A gravidez precoce tira da escola 25% das adolescentes pobres, no interior do país, este número é ainda maior. Os crescentes casos de violência contra mulher têm demonstrado que a lei Maria da Penha, tal como vem sendo empregada, mal toca no problema, e muitas vezes coloca as mulheres em maiores condições de risco, pois as mulheres que denunciam (fator que aumenta a fúria do agressor), ao não serem amparadas, acabam mais vulneráveis aos agressores e, quando não, acabam preconizando seus próprios homicídios, desencadeados pela certeza da impunidade.

A emancipação da mulher será fruto da luta conjunta direta e organizada

Em um século de lutas feministas, estas questões fundamentais ainda não foram resolvidas e isto não se deve ao fato de que as mulheres não foram à luta, pelo contrário. Da mesma forma que nos demais movimentos, inclusive no operário, os avanços parciais conseguidos,

acabaram refluindo, pois a exploração, no caso dos trabalhadores, ou a opressão, no caso das mulheres e de outros setores, no Brasil, acabaram se reorgazindo para manter a dominação (econômica ou política). A entrada da mulher no mundo do trabalho, por exemplo, que poderia ser uma conquista, nas condições capitalistas, significou



uma ilusão e um processo ainda maior de exploração, além de não libertar a mulher da opressão.

Há uma combinação entre exploração e opressão que não podemos desconsiderar. Pois mesmo nas sociedades capitalistas plenamente industrializadas, nos chamados "países centrais", a igualdade sexual esta longe ser realizada. A exploração precisa da opressão da mulher e de outros setores para se fazer mais eficiente. Assim, em uma sociedade onde a igreja cumpre um papel moralizante profundo, que em nome da de uma "vida", desconsidera outra, ou seja, para a igreja a vida da mulher vale menos! As instituições machistas e sexistas cumprem uma função organizadora da vida social e econômica e,

portanto, devido a elas, pouco se pôde conquistar, apesar dos enormes esforços do movimento feminista. Desta forma, uma combinação é necessária: a de que sem romper com a estrutura política e econômica dessa sociedade como um todo, não há espaço para o feminismo pleno, assim como não é possível fazer esta transformação sem a presença da luta das mulheres. Deste modo, apesar dos obstáculos ainda colocados, continuam de pé a luta feminista sendo parte da tarefa fundamental de libertação dos seres humanos como um todo.

Lutadoras do mundo unidas

Neste ano, vivemos um momento especial para a luta feminista. Foi possível ver rostos e cabelos de mulheres nas ruas em luta no Cairo na revolução que derrubou um governo no Egito, em seguida, o exemplo das mulheres da Líbia, que estão atuantes diante da rebelião que se instaurou no país. O fato destas mulheres estarem a frente deste processos de luta é fundamental para a construção de uma outra relação entre os gêneros nestes países e, sem dúvida, fortalece a luta contra a opressão de gênero em escala planetária.

Por um calendário de lutas:

Educação sexual pública laica, não conservadora, científica e feminista a todas e todos!

Pelo o direito elementar ao aborto

Fim do sexismo e de toda forma de opressão!

Todo apoio às rebeliões no mundo árabe!

Pela vitória política e militar dos revoltosos na Líbia e no Bahrein!
Juventude e trabalhadores enfrentam nas ruas a tirania de regimes
pró-imperialistas!

Por Maria Lúcia Rocha

A onda de rebeliões que assistimos no mundo árabe e que pode redundar em uma nova situação política em todo o planeta provém de uma série de processos políticos e históricos que, ao menos, merecem ser apontados. Não cabe aqui uma exaustiva análise, mas apenas identificar brevemente momentos-chave que permitam compreender a situação atual. É objetivo traçar os pontos convergentes, apesar das especificidades, desta espetacular onda de revoltas populares, que podem mudar a fisionomia do chamado mundo árabe, no sentido de superar anacronismos históricos, políticos e culturais (como a brutal opressão que persiste sobre a mulher); podendo esse conjunto de países assumir, além do mais, papel de destaque na luta anticapitalista mundial.

Dentre os antecedentes históricos importantes, não se pode deixar de destacar a brutal colonização promovida pela Europa e o processo de resistência desenvolvido deste então. Dentro desse universo assume grande importância, para compreender a situação atual, a formação de movimentos e governos nacionalistas laicos ou religiosos. Configuração política iniciada na década de 60, que se constituiu como processo que, a partir de uma nova situação econômica e social - com a modernização dessas sociedades e a formação de classes sociais modernas, que surgiram do interior da tradição tribal islâmica -, permitiu o surgimento de expressões políticas (partido e governos) capazes de defender seus interesses nacionais, o que

provocou uma inflexão no processo de colonização, assumindo-se como antiimperialistas e laicos. Porém, apesar de se intitularem como tal, não deixaram de ser governos burgueses e de defender os interesses dessa classe, reprimindo diversas manifestações populares, principalmente aquelas relacionadas às demandas da classe operária.

A decadência do nacionalismo burguês

A decadência dos nacionalismos árabes não se deve apenas à maneira repressora e tirânica com que atuaram governos e movimentos dentro da formação pós-colonialista, mas também por utilizarem seus governos no intuito de constituir para si mesmos seus próprios reinados a partir das relações comerciais com os países imperialistas, em detrimento das demandas sociais da população tanto de emprego, como a de saciar necessidades básicas como a fome. Isto gerou a insatisfação da população que saiu às ruas para manifestar contra tais ditaduras e fazer valer suas próprias reivindicações.

É importante destacar o papel de destaque que cumpriu a crise econômica, adensando as razões que fizeram emergir as lutas nos últimos tempos em grande parte da



Europa, tendo como ponto mais efervescente a Grécia, país que ante a esta crise foi às ruas massivamente com greves gerais e encontros diretos com o governo, num quadro de luta (de expressão popular) e repressão que durou meses, evidenciando-se como uma reação cabal ao “transbordamento” do desemprego, miséria, violência e opressão às manifestações dos lutadores. Contudo, apesar de esta crise apresentar-se dentro do universo da onda de mobilização que afetou a Europa, foi no mundo árabe, particularmente no norte da África, que ela veio a engendrar uma indignação capaz de pôr em cheque às estruturas de poder despótico construído ao longo da história dessas nações, cada uma com características e desdobramentos específicos. Na da Tunísia, assistimos o estopim desse processo e a uma resistência dos revoltosos, fundamental para a queda do regime...



No Egito, a abrangência das lutas e o caráter “laico”, operário e multicultural das mobilizações que, além de derrubar o regime, colocam esse país e a região em um patamar político cultural distinto e na Líbia, onde a violência imposta aos lutadores leva a uma feroz reação, a uma guerra civil e atualmente à intervenção imperialista.

Além disso, pode-se dizer que uma característica dos países semi-coloniais produtores de petróleo também se verifica nestas nações, claro que em graus distintos. São países que assumem simplesmente o papel de fornecedores de petróleo cru, sendo que as etapas mais finas de refinamento e processamento desta matéria-prima acabam se realizando nos países

industrializados. Essa divisão do trabalho, isto é, em que a parte mais “lucrativa” da produção fica nas mãos das nações estrangeiras industriais, deixando a parcela menor para estes países árabes, invariavelmente redundando no atraso econômico e social destes últimos e na pouquíssima diversificação produtiva, fato que faz com que sua estrutura econômica se mantenha em uma situação de extrema subordinação econômica.

No desenrolar dos seus governos incrivelmente extensos (Mubarak, por exemplo, vem de uma sucessão de 30 anos de poder do exército e Kadafi sustenta seu excêntrico mito pessoal e governa há mais de 40 anos) foram se abrindo ao capital estrangeiro e aos interesses imperialistas. No entanto, para além

dos aspectos semelhantes da história destes países, é interessante notar ainda os aspectos distintos na composição de ambas as nações, pois, se todas elas foram constituídas por um nacionalismo árabe, isto não significa, no entanto, que a formação social de cada regime tenha se dado



da mesma forma. Assim, vale aludir às divergências nas formações sócio-econômicas destes países, que se deram de maneiras distintas. No caso do Egito e da Tunísia, por exemplo, vemos que houve uma transformação desta estrutura, de onde advieram diversas camadas modernas da população, isto é, uma burguesia, uma classe média pequeno-burguesa e um operariado urbano. Na Líbia, essa estrutura econômica se apresenta de maneira ainda mais dramática, pois, coube a ela um papel diferenciado em relação ao Egito. Neste outro país, portanto, seu ditador, Kadafi, não se importou em modernizar os diversos setores da produção, uma vez que só atinou (buscando tornar concreta tanto as suas relações com os países imperialistas quanto sua própria

riqueza pessoal) no aperfeiçoamento da extração de petróleo (área, diga-se de passagem, em que atuam como maioria, trabalhadores estrangeiros), fato este que apenas sugere com mais veemência o caráter ainda semi-colonial de seu regime, uma vez que, além de toda produção de petróleo destinar-se somente aos interesses e consumo externos, o lucro desta produção não atinge nem de leve a população.

Une-se, ademais, ao caráter semi-colonial do regime libiano, outro aspecto fundamental da formação sócio-econômica da Líbia que é a presença de um “atraso” social devido à manutenção de uma estrutura marcada pela permanência de diversas

tribos - estabelecidas desde antes do processo de “descolonização” libiana - que são usadas por Kadafi (que as controlou pelo uso da ala que lhe é leal do exército e, também pela distribuição, bonapartista, de pequenas cotas da renda dos hidrocarbonetos para aplacar qualquer forma de insatisfação popular advinda destas tribos). Para além destas nações e de suas ambições, não podemos deixar de notar o papel deplorável que vêm exercendo Fidel e Chávez, apoiando Kadafi pelo caráter supostamente “antiimperialista” de seu governo. Defendem, em realidade, acima de suas políticas, tidas como ideológicas, a realpolitik de seus projetos de Estado e economia, principalmente no caso de Fidel Castro.



Não vêm estes supostos “líderes” que rasgaram definitivamente a bandeira do socialismo ao dizerem que Kadafi deve permanecer no poder com pretexto de ser contra a intervenção dos imperialistas, na verdade, nem sequer pensam na repressão violenta que vem sofrendo o povo Líbio e nos motivos de suas revoltas? Isto ocorre, de fato, porque estes dois líderes não passam de governantes burgueses que se enfrentam pontualmente com o imperialismo e acabam, invariavelmente, defendendo os interesses das elites dos seus próprios países, sendo assim, responsáveis, como Kadafi, pelas mazelas sociais de seus respectivos países e pela opressão da classe trabalhadora e da juventude em suas próprias nações.

Além disso, cabe enfatizar a atitude sempre casuísta de nações como a Itália e a França em que ambas, outrora, buscaram ter relações com Kadafi. No caso da França, o filho

de Kadafi se irritou com as declarações de Sarkozy e com a posição da França de não reconhecer mais o governo. Ele foi enfático ao dizer que a campanha de Sarkozy foi bancada com dinheiro do

governo líbio, ou seja, dado por Kadafi e afirmou ter como provar isto (!), chamando a Sarkozy, grosso modo, de “filho ingrato”.

Da fagulha, ao incêndio

Dentro deste contexto de empobrecimento, desemprego e repressão de toda ordem se precipita uma tempestade de lutas populares de dimensão histórica. A política, a serviço do autoritarismo do governo tunisiano, que no dia 17 de dezembro, ao confiscar o carro de verduras do vendedor ambulante Mohamed Bouazizi (que viria a se suicidar como um ato político contrário à opressão execrável das autoridades tunisianas), mal sabia que criaria uma fagulha para os inúmeros protestos, os quais desembocariam na derrocada do governo despótico de Ben Ali. O que não previram os Tunisianos foi o efeito que este ato causou no mundo árabe. Pouco tempo depois, no dia 25 de fevereiro, as manifestações irromperam no Egito como forma de protesto ao quadro de extrema penúria e desemprego

que se espalhou e se intensificou com a crise mundial no governo de Mubarak.

Assim, milhões de manifestantes tomaram as ruas, encabeçados principalmente pela fusão entre a juventude (de onde foi relevante o papel do movimento independente 06 de Abril, fundado em 2008, que agrupou dezenas de milhares de jovens) e dos diversos setores operários que, além de participarem das manifestações na Praça Tahrir, foram fundamentais na queda de Mubarak, sobretudo devido às greves que iniciaram (principalmente no setor energético).

Tomando tal acontecimento como foco, pois, é fundamental ressaltar a relevância tanto da abrangência do movimento quanto de seu caráter laico, não por não contar com manifestantes de diversas religiões (cristianismo e islamismo), mas porque demonstrou ser um movimento muito mais amplo do que a luta sectária de um determinado grupo religioso, configurando-se, na realidade, como um movimento popular de grande abrangência, com destaque para os setores mais empobrecidos e oprimidos, dentre eles, as mulheres (com véu ou sem véu), os jovens e, principalmente, a classe trabalhadora. Nesse sentido, não é de se deslumbrar que tanto no caso do Egito e Tunísia quanto no caso da Líbia, as revoltas tenham se dado a partir dos setores urbanos modernizados, isto é, principalmente dos jovens e da classe operária, que são os principais atuantes da luta.



Que se manifestaram unidos e enfrentaram os ataques, primeiramente da polícia e, após, dos mercenários contratados pelo governo para dissipar o movimento.

Contudo, malgrado os esforços coercivos de Mubarak e seus acólitos, as repressões não foram suficientes e a luta cresceu a ponto de destituí-lo, o que nos leva ao atual quadro, em que exército assumiu um governo transitório até que eleições possam ser realizadas depois de um período de seis meses.

A partir destes dois movimentos

(Tunísia, Egito), então, várias revoltas foram construídas amplamente tanto no oriente médio quanto nos países Africanos, notadamente da região norte. A violência em alguns deles foi um aspecto de abrandamento dos protestos no momento inicial das revoltas, porém, na Líbia os acontecimentos se deram de forma distinta e, ao invés das manifestações arrefecerem devido à opressão, ocorreu justamente o contrário, e as lutas se fortaleceram fazendo com que - em contraste com a repressão sanguinária de Kadafi, que tentava (e continua a tentar) conter os protestos com tanques e ataques aéreos - os manifestantes continuassem a lutar e conseguissem, apoiados por forças dissidentes do exército aliado ao ditador (que recusaram a submeter-se ao “chupasangue”, como no caso dos pilotos que pularam de seu avião, ou dos 17 soldados fuzilados, em ambos os casos por não quererem atacar os

protestantes), ter sob seu poder algumas cidades importantes ao oeste e diversas cidades do leste da costa libiana. Assim, a



Triunfo egípcio (Janeiro 2011)

superioridade militar do exército mercenário de Kadaf enfrentou rupturas diante da massividade e da combatividade da juventude. Isto se deve ao fato da desestruturação do próprio exército, dividido por Kadafi para que estas forças militares não fossem capazes de tirá-lo do poder; foi um tiro pela culatra, pois esta desestruturação levou a que um dos fragmentos deste exército se unisse aos manifestantes e se colocasse contra o ditador, aliando-se nas conquistas de algumas importantes cidades, como já dito, do oeste (como Nalut, por exemplo), e, também, em grande parte das cidades a leste (área de maior expressão petrolífera), no intuito exatamente de destituí-lo do poder. O caso do Egito é, nesse ponto, singular, uma vez que, depois da queda de Mubarak, o exército (que astutamente não se mobilizou contra a população exatamente para não se cindir ao meio e para garantir que os interesses

capitalistas se mantivessem na Líbia e, além disso, não promoveu uma brutalização da repressão aos manifestantes, pois isto poderia fazer com que as rebeliões caminhassem para uma verdadeira revolução) assumiu o comando da

transição com o objetivo de controlar a rebelião e assegurar mudanças sem rupturas profundas no regime e nem no *status quo*, ou seja, sob a égide do capitalismo. Isso significa, em verdade, constituir novos regimes onde a suposta “democracia” é uma nova forma da exploração imperialista ao povo árabe, coisa que já se afirma na exigência do exército de que na transição “democrática” cessem as greves, ou ainda, pela atitude “escancaradamente suspeita” de queimar

arquivos do antigo órgão de segurança do Estado (criado por Mubarak e sustentado por estes mesmos militares no governo do ditador, mas já eliminado pelo povo egípcio), em que constavam imagens tanto de celas estreitas e de instrumentos de torturas empregados pelos capangas do tirano, como documentos com detalhes da vida de figuras importantes da mídia e de ativistas. Em relação a esse país é sabido que os Estados Unidos sempre teve o interesse de que o ditador Mubarak continuasse em seu cargo. Aliás, foi somente no momento em que as manifestações atingiram força irrefreável e era visível a derrocada de Mubarak, que o presidente dos EUA (cuja semelhança no nome - Barack, Mubarak - já indicava incrivelmente a parceria) se pronunciou para deslegitimar o governo de seu parceiro de negócios e afirmou que o povo egípcio deveria ir rumo a uma transição à democracia. ➡

Democracia, palavra esta que, cabe lembrar, levemente sussurrada pelos interesses do grande capital, e principalmente quando tratada pelos EUA, sempre surge como alguma “liberdade dos povos, à surdina, de exploração” ou, no mais esdrúxulo dos casos, como “liberdade com ‘pacíficas’ palavras de guerra.”

Assim sendo, de maneira geral, podemos dizer que mesmo em relação aos regimes políticos que estão sendo derrubados no norte da África, o desdobramento deste processo ainda é incerto. Na Tunísia a transição a um regime democrático, com avanços reais nas condições de vida e participação política das massas, após os enfrentamentos levados a cabo por manifestações massivas, está em uma situação indefinida, bem como no Egito. Desta forma, apesar dos regimes anteriores terem sido desbaratados e ainda haver grande mobilização das massas, os desdobramentos políticos destas lutas ainda não se resolveram e, na verdade, estamos em meio a um processo internacional, pois afeta uma extensa área geográfica, em que o seu desenlace depende do resultado da guerra civil na Líbia (que apesar dos avanços táticos de parte a parte, é uma luta que pode ainda se estender), da capacidade de mobilização em países como Bahrein e da própria continuidade da luta em países que as rebeliões foram vitoriosas neste primeiro momento.

Não à intervenção militar do imperialismo

Esse processo no mundo árabe, mais do que a extensão geográfica, apresenta também, grande complexidade política e militar. Em países como Tunísia e Egito, onde os regimes foram derrubados, apesar da volta a certa normalidade e a expectativa na transição para regimes “democráticos”, uma série de lutas salariais e populares estão em curso, bem como organizações

sindicais e políticas começam a ser gestadas.

Em países como Líbia e Bahrein, esta luta encontra-se em uma etapa anterior, mas não menos importante, e sem garantias de que o resultado seja favorável aos setores que enfrentam os atuais regimes. No caso do Bahrein, tropas do exército saudita estão sendo usadas para conter os revoltosos.

Uma verdadeira ocupação militar estrangeira foi instalada para escudar o governo monárquico contra a luta popular que se desenvolve neste país, de modo que este governo não quer nem sentir o cheiro de protestos, pois quando se sentiu ameaçado tratou de

tomar algumas medidas (temendo que, a exemplo da Tunísia, sua cabeça também rolasse). Dentro de tais medidas, leia-se, paliativas, o rei Hamad Bin Isa al-Khalifa prometeu 20 mil postos de trabalhos, habitação e enviou cheques no valor US\$ 2,4 mil para família do país, entretanto, estas promessas e medidas não foram suficientes para acabar integralmente com as manifestações que vêm sendo duramente reprimidas. É na Líbia que, no momento, ocorre a batalha decisiva - não pela importância estratégica desses países para o imperialismo, apesar das importantes reservas de petróleo que estão em seu território, mas

pelo caminho dramático que tomou a luta contra o regime - para os futuros desdobramentos desse conjunto fabuloso de mobilizações e revoltas populares, principalmente a partir da intervenção militar de forças francesas, britânicas e estadunidenses que desenvolvem intenso bombardeio em território Líbio, ações militares aprovadas no Conselho de Segurança da ONU (com a vergonhosa abstenção do Brasil e de outros países).



Luta e resistência do povo líbio deve ocorrer de forma independente

A partir da intervenção imperialista no conflito, a dinâmica do processo muda e as questões postas são outras. É evidente que, de um ponto de vista militar as tropas leais a Kadaf perdem possibilidades reais, em uma guerra convencional, de obter uma vitória militar, mas, por outro lado, o que poderia ser uma vitória direta, fruto do enfrentamento mais dramático até agora das massas em luta, pode ser esvaziado, o que teria repercussões negativas para o destino do povo líbio.



É por isso que do ponto de vista político a “zona de exclusão” (eufemismo para intervenção bélica e ocupação militar) não interessa à maioria do povo líbio.

Toda intervenção militar tem objetivos políticos e econômicos, assim interessa ao imperialismo que a derrota do regime não se dê pela luta independente do povo, o que tornaria os negócios para os atuais interventores menos vantajosos, pois daí emergiria um regime também independente. Trata-se de combinar apoio político internacional, com uma campanha

mundial pela queda destes governos títeres, com o apoio militar. Não se pode assistir passivamente tropas mercenárias ou interventoras aniquilarem civis, estamos falando da Líbia e Bahrein. Além do apoio político, o que está em questão também é o resultado militar destas lutas, **assim, é necessário defender o armamento generalizado da população contra o regime e que os trabalhadores do mundo todo, particularmente do mundo árabe, que passam e passaram por processos semelhantes**

contribuam para armar militarmente seus irmãos líbios.

O resultado deste processo diverso, mas que constitui uma totalidade política terá repercussão em todo o planeta, de forma imediata e em longo prazo. Assim, realizar esforços para discutir e apoiar essas mobilizações é essencial. **E, apesar da distância geográfica, é importante que se abra um processo real de apoio a essas lutas que podem combinar desde moções de apoio, passando por discussões nas universidades e escolas de ensino básico até atos de rua, delegações de apoio etc.**

Declaração de nossa corrente internacional, Socialismo ou Barbárie:

Solidariedade com os trabalhadores e o povo do Japão!

A natureza não é a única responsável!

O capitalismo tem toda culpa do desastre nuclear!

Novamente, o mundo se vê comovido por uma tragédia de alcances ainda incalculáveis. O terremoto ocorrido no Japão e o posterior tsunami que assolou a ilha produziram uma verdadeira catástrofe. O terremoto foi o pior dos últimos 140 anos no Japão. As primeiras imagens transmitidas pelos meios televisivos mostraram como imensas ondas arrasavam com tudo o que encontravam a sua frente, provocando uma grande perda de vidas humanas e materiais. Nesta situação, a corrente Internacional Socialismo ou Barbárie **expressa sua solidariedade humana e socialista com os trabalhadores e o povo do Japão**, maiores vítimas

da catástrofe. Todos os trabalhadores do mundo devem se solidarizar com eles! Fala-se, sem confirmação, que ainda há milhares de desaparecidos...e todos sabemos que nestas circunstâncias a maioria dificilmente reapareça viva...As informações oficiais do governo japonês foram parciais, demoradas e contraditórias. Foi dado, por exemplo, número de desaparecidos que vão de dez mil a cem mil. Desde o primeiro momento, a informação foi dada de cima para baixo pelos governo e mídia do Japão. Sobre isto, há que se acrescentar que o terremoto ocorre em **uma das maiores potências econômicas do capitalismo**. O grande contraste, nesse sentido, é a comparação com o caso do Haiti

(12 de janeiro de 2010). Ali, o aterrador número de mortos (oficialmente, 316.000) esteve **diretamente relacionado com a falta de construções anti-sísmicas** para a imensa maioria da população, que vive na extrema pobreza. Em contraste, Petionville, o subúrbio rico de Porto Príncipe, não apresentou praticamente vítimas nem danos.

Diferentemente do Haiti. Japão, como a terceira economia mundial, depois dos EUA e da China (e com um PIB *per capita* muito superior a esta última), pôde desenvolver construções anti-sísmicas e sistemas de resposta e organização da população, que apareceram como os melhores do mundo.



Este fato mitigou boa parte dos efeitos diretos e imediatos do terremoto, como as mortes por desmoronamento de edifícios, proporcionalmente muito inferiores as do Haiti. No entanto, **as consequências estão sendo não menos graves.** Primeiro, o tsunami que arrasou principalmente a costa do norte da ilha de Honshu, a maior do Japão e onde se encontra a capital, Tóquio. E, agora, o resultado mais aterrador do sisma é o tsunami: os danos em algumas plantas de energia atômica ameaçam **com uma nova e maior catástrofe, desta vez nuclear.**

Algumas dessas plantas se viram rapidamente envoltas em chamas e com perigo de vazamento de materiais radioativos. A poucas horas de ocorrer o sisma, o primeiro ministro, Naoto Kan, declarou o estado de alerta nuclear diante da possibilidade de explosões em alguma das centrais. Japão possui mais de 50 centrais nucleares. Dez foram afetadas pelo sisma e três delas sofreram danos graves. Especialmente crítica é a situação da planta nuclear de Fukushima. Na central Fukushima, a 280 quilômetros de Tóquio se produziu finalmente a explosão de uma torre. Interrompeu-se o resfriamento normal dos reatores e se perdeu, assim, o controle do processo de reação nuclear. Devido a este sobreaquecimento, os reatores haviam começado sua “fusão” (meltdown), um processo que se não é controlado a tempo poderia liberar materiais radioativos que contaminariam a terra, a água e a atmosfera.

Agora, no exato momento em que

redigimos esta declaração, somos informados de novas explosões. A magnitude e as consequências deste perigo são incalculáveis para o Japão e para o mundo inteiro.

As informações dos órgãos do governo e das companhias privadas que manejam as

centrais têm sido confusas e atrasadas. É evidente que tratam de minimizar o problema. Entretanto, o certo é que já centenas de milhares de pessoas – relata-se números de até 600.000 – devem ter evacuado das proximidades das

centrais, em especial das de Fukushima. Ninguém sabe se poderão voltar alguma vez aos seus lares! Além disso, nesta confusão de notícias, admitiu-se que a radioatividade subiu bruscamente 1.000 vezes em alguns lugares.

As centrais nucleares japonesas têm uma cúpula de proteção que teoricamente limitaria a difusão de partículas na atmosfera. Assim, supostamente, poderia ser evitada outra Chernobyl. Porém, na realidade, ninguém sabe se isto seria suficiente para produzir um colapso dos reatores.

Nenhuma confiança no governo japonês

O certo é que, para se fazer frente a esta crise, nem os

trabalhadores, nem o povo do Japão, nem o resto do mundo podem ter a menor confiança no governo capitalista japonês. Desde o princípio, não fez mais do que adelgaçar (tornar mais finas) as dimensões da catástrofe. Isto é especialmente evidente no que hoje é o **ponto central da catástrofe** : o



Explosão de um dos reatores

encobrimento da gravidade e dimensões da crise nuclear.

Por isso, no Japão continua a se estender a diminuição da população nas notícias e informes do governo, assim como as medidas que estão sendo tomadas. Esta é uma condição imprescindível para que se possa gerar um movimento dos trabalhadores e da juventude que não deixe exclusivamente nas mãos do estado e das corporações a ação diante das consequências do terremoto.

As falsificações do governo e da mídia se centralizam no tema nuclear. E isto não é casual. Assim, o que menos se pode deixar é a culpa na “Mãe Natureza”! ➡

A natureza, o homem e o capitalismo

Este desastre ainda está em curso e suas conseqüências, todavia, não se pode estimar. Mas estas conseqüências já são tão graves, que ele **deve ser mundialmente discutido e avaliado**.

Os trabalhadores e os povos do Japão e do mundo inteiro **não podemos deixar que isto se passe** como um fato muito lamentável, mas **de cuja responsabilidade é exclusiva da Mãe Natureza?! Não só a natureza é responsável!**

Não só a natureza é responsável!

É verdade que a humanidade ainda não pôde impedir, controlar, mas pode prever mesmo que em curta antecedência os terremotos. Mas, o desenvolvimento das forças produtivas obteve êxito **na possibilidade de minimizar em grande medida seus efeitos**.

Nenhuma “lei natural” determinou que no Haiti devesse morrer tal número de pessoas. Foram as condições **sociais**, e não aquelas impostas pela natureza, as que **assassinaram** a grande maioria das vítimas que não tinham meios para construções anti-sísmicas.

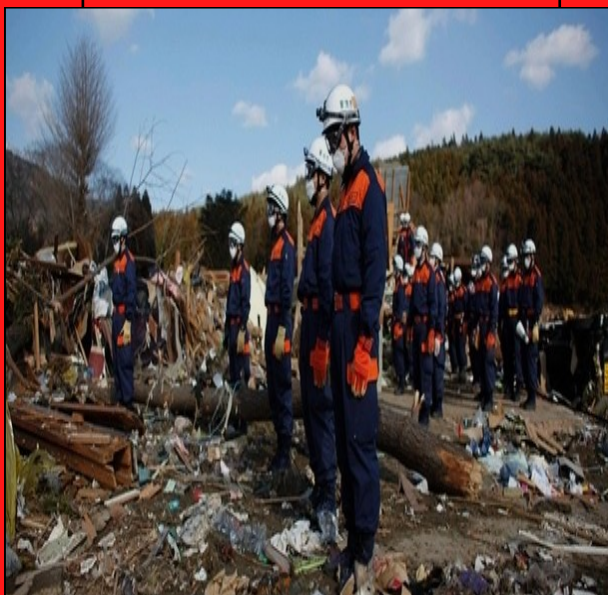
Agora no Japão, país de “Primeiro Mundo”, estamos vendo, em um cenário muito distinto, como se desenvolve a mesma tragédia. Nenhum capricho da natureza instalou ali, no país dos terremotos, mais de 50 centrais nucleares. Foram o capitalismo, suas corporações e seus governos **os que decidiram fazer isso!**

Assim como o capitalismo condenou o Haiti a miséria e ao atraso, permitiu que o Japão alimenta-se seu formidável desenvolvimento industrial e econômico **mediante a produção de energia nuclear**. Isto se fez, insistimos, num país e na região

que tem o recorde mundial de terremotos!

Era impossível encontrar em todo o globo **uma região onde fosse mais perigoso instalar uma planta nuclear**. No entanto, a decisão **irracional** (e agora de conseqüências incalculáveis) foi a de fazer ali a concentração de plantas nucleares mais densa do mundo.

Isto nos obriga aos trabalhadores e aos jovens de todo mundo a nos questionarmos sobre que porvir



Equipe de salvamento desolada

temos e que sociedade estamos construindo com o capitalismo. A que desastres nos levará um sistema cuja única motivação é a máximo lucro para um punhado de corporações bilionárias?

Energia nuclear e capitalismo

Não somos inimigos do desenvolvimento e da utilização da energia nuclear. O problema é **sob que sistema de relações sociais** a energia nuclear se produz e se utiliza.

Mas, em geral, não cremos que os danos e crescentes problemas que se apresentam nas relações do homem com a natureza – entre eles, a mudança climática -, possam resolver-se positivamente mediante o retrocesso das forças produtivas,

nem com “romanticismos anticapitalistas”, que implicariam o retrocesso da humanidade a sistemas de produção mais primitivos. Da mesma forma, sustentamos que é uma fraude política e econômica a alternativa de um capitalismo “verde”.

Tanto em relação à energia nuclear como ao resto da produção humana, o decisivo é – como dissemos – **em que sistema de relações sociais se enquadram**.

Se sob o capitalismo, saibamos que, o que lhe importa **primeira e unicamente, são os ganhos**.

Não lhe importam nem a satisfação das necessidades humanas, nem os riscos a que toda produção implica. As 54 centrais nucleares no centro mundial dos terremotos e tsunamis, eram o mais rentável para o capitalismo japonês e mundial! Isto decidiu sua instalação!

Em conclusão: o que se sucede no Japão deve ser **um alerta aos trabalhadores e povos** de todo o mundo.

Porém, os desastres que perpetrado o capitalismo nas relações do homem com a natureza para produzir **não terão solução voltando na história**.

Tampouco, esperando ilusoriamente que **o capitalismo se controle ou reforme**.

Quetões como estas só serão solucionados dando **um salto revolucionário adiante**, rumo a um verdadeiro socialismo, rumo a uma sociedade de produtores livres, democraticamente

autodeterminada, que organize racionalmente a produção para satisfazer as necessidades humanas e não para encher os bolsos dos vampiros capitalistas.

Por isto, o que está ocorrendo no Japão nos coloca, com mais força que nunca, o dilema de nossa época: **socialismo ou barbárie !!!**

Corrente internacional Socialismo ou Barbárie

14 de março de 2011

Adquiera a Revista *Socialismo ou Barbárie* 25
diretamente com os militante do *Práxis* ou peça pe-
lo e-mail: grupo.praxis@yahoo.com.br

Socialismo o Barbarie

SOB
25

Revista internacional
de teoría y política
de la corriente
Socialismo o Barbarie
Número 2011
ISSN: 1666-2266



**LA CRISIS
EN CUBA**

**Y LOS PROBLEMAS DE LA
TRANSICIÓN SOCIALISTA**

EGIPTO Y MEDIO ORIENTE
Entre la rebelión y la revolución



Práxis

CONTATOS:

grupo.praxis@yahoo.com.br
www.praxis-socialismo-ou-barbarie.blogspot.com
www.socialismo-o-barbarie.org
(11) 89814878